

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UNIFIN
GRADUAÇÃO PSICOLOGIA

Jessica Nunes de Lima

**Adoção Tardia: Revisão teórica sobre as consequências
emocionais causadas na família**

Porto Alegre
2017

Jessica Nunes de Lima

**Adoção Tardia: Revisão teórica sobre as consequências
emocionais causadas na família**

Artigo apresentado à Faculdade São Francisco de Assis, como parte de requisitos para obtenção de título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Evelyn S. Reyes Vigueras

Porto Alegre

2017

RESUMO

O presente artigo tenta ilustrar as consequências que uma adoção pode trazer para uma criança institucionalizada. Muitos pensam que tirar uma criança de um abrigo pode acabar resolvendo seus problemas e angústias, mas através de investigações e relatos de crianças e adolescentes, podemos perceber o que se passa em seus pensamentos e sentimentos. Muitos pais adotivos tem receio de adotar crianças mais velhas, por acharem que não conseguirão dar suporte para seu sofrimento e que poderão causar problemas na família; ou que a criança não conseguirá se adaptar a família adotiva. Neste trabalho veremos todo o processo de uma adoção tardia e as consequências que pode trazer para a criança e para a família.

Palavras-chave: Adoção. Adoção tardia. Adoção no contexto familiar.

ABSTRACT

The present project attempts to illustrate the consequences an adoption can bring to an institutionalized child. Many think that getting a child out of a shelter can end up solving their problems and anguishes, but through investigations and reports from children and adolescents, we can see what's going on in their thoughts. Many adoptive parents are afraid to adopt older children because they feel they will not be able to support their suffering and may cause problems in the family; Or that the child will not be able to adapt to the adoptive family. In this project we will see the whole process of a late adoption and the consequences it can bring to the child and the family.

Key words: Adoption. Late adoption. Adoption in the family context.

1 INTRODUÇÃO

A adoção faz parte da história da humanidade à muitos milênios, e passaram por várias décadas, até chegar no Brasil. Essa ideia surgiu a partir dos gregos, quando acontecia de não existir herdeiro na família, os gregos adotavam crianças para dar segmento a família, além de herdar, o adotado teria que assumir o nome da família. Durante esses anos foram acontecendo várias mudanças na história da adoção em relação a regulamentações legais. Antigamente a adoção era dirigida somente para os adultos, atendendo a atenção somente nas famílias que precisavam adotar crianças, pais que não conseguiam ter filhos e a preocupação de constituir uma família. Sobre a necessidade da criança eram pouco valorizados. Com o passar dos anos essas perspectivas foram tomando consciência sobre o que era importante para a criança e não vendo somente o lado do adulto. Foi então que chegaram à conclusão, que deveriam buscar uma família para uma criança e não uma criança para uma família (Costa & Rosset-Ferreira, 2007). Através do Código Civil de 1916, posteriormente da Lei nº 3.133/57 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 a adoção estava sendo dirigida à proteção da criança e do adolescente, preocupando-se com o bem-estar e saúde dos mesmos.

A criança ou adolescente acabam sendo institucionalizados por passarem dificuldades com sua família biológica, onde ocorreram negligência, maus-tratos, violência e as crianças ficando em sofrimento. Essas crianças passam por angústias causadas pelo desamparo que se manifesta fortemente no momento que é separado de sua família biológica.

Existem muitos casos que realmente a família não consegue dar conta mesmo e que acabam devolvendo as crianças para o abrigo. Quais consequências acabam causando no aspecto mais afetivo de uma criança no momento que ocorre uma devolução? Pois ela está passando por outra separação, outro abandono. Como funciona um processo de adoção? Os pais estão preparados para adotar uma criança? Neste artigo, vamos entender um pouco sobre a adoção tardia e as consequências que podem surgir ao longo deste processo tão democrático.

Para dar conta do objetivo deste trabalho, organizei o presente texto, que se inicia com uma apresentação sucinta de uma reflexão a partir da literatura revisada sobre a história da adoção. Tomo esse caminho, posto ser a compreensão sobre a adoção tardia, situando-a sobre o sofrimento de crianças institucionalizadas e todo o

processo de adoção dessas crianças. Sigo, então, relatando como é desenvolvido o estudo e os resultados encontrados.

2 JUSTIFICATIVA

Existem vários casos de adoção pelo mundo, e diante disso, muitas crianças sofrem por medo de rejeição e ser abandonadas novamente. Minha experiência foi no Centro de atenção Psicossocial - Infanto-Juvenil(CAPSI), onde conheci alguns casos de adoção, alguns deram certo para a família e a criança, mesmo com problemas as famílias se adequaram. E já aconteceram casos que as crianças precisaram ser devolvidas ao abrigo por não conseguirem se adaptar dentro de uma nova família, tanto dificuldades dos pais como das crianças também. Eu fiquei pensando, como ficam essas crianças antes da adoção e como ficam no caso de ocorrer uma devolução? Será que essas crianças ou pais estão preparados para uma etapa como esta? Através dessas dúvidas resolvi iniciar um projeto com este tema, tentando entender o que se passa no psicológico de uma criança em processo de adoção e quais os aspectos positivos e negativos apresentados para os mesmos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Revisar estudos científicos referente a temática de adoção tardia e a sua repercussão na criança e na família. Tendo como interesse, conhecer mais e melhor sobre o tema e, futuramente poder contribuir para que a adoção não seja uma frustração, mas sim, algo saudável para a família afim de fazer uma criança feliz.

3.2 Objetivos específicos

- Revisar artigos que contemplem essa temática com crianças acima de 3 anos.
- Considerar quais aspectos que levam uma família a ter o desejo de adotar.

- Pesquisar sobre as dificuldades da adoção tardia e entender o porquê a maioria dos casais adotivos possuem resistências para adotar crianças acima de 3 anos.
- Refletir acerca da literatura, as repercussões do desamparo parental de crianças que são devolvidas as instituição.

4FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Crianças institucionalizadas

A institucionalização de crianças existe há algumas décadas, quando as crianças eram deixadas em orfanatos, umas eram abandonadas, já outras tinham a oportunidade de passar os finais de semana com suas famílias. As crianças que eram abandonadas, ficavam anos presas nessas instituições e não tinham vínculo com nenhuma família. Na década de 1970 que surgiu a "desinstitucionalização" dando importância a necessidade de uma criança de ter uma família e de ser inserida neste contexto na sociedade.

Segundo Sara e Soldi apud Ferreira (2012), definiram o abrigo como recolhimento, confinamento e isolamento social. Este termo surgiu a partir do ECA, na década de 1980, que tinha o objetivo de acolher crianças abandonadas, negligenciadas e que sofriam maus-tratos. No entanto era a ideia mais correta para situações de risco. O abrigo pode se tornar como uma possibilidade de reinserir a criança em uma família.

O abrigo é o local onde acolhem crianças que estão em vulnerabilidade e que não podem permanecer nos lugares onde residem. Existe o sistema de casas-lares, que são residências pequenas que os abrigos dividem as crianças para morarem, os responsáveis nessas casas, são geralmente um casal chamados de "pais sociais", que se responsabilizam pelas crianças, fazendo as tarefas em casa e levando para a escola e consultas quando necessário. Nessas casas o número mínimo de crianças são 10, e lá tentam estabelecer uma família, promovendo a interação social dessas crianças com as pessoas ao redor. Enquanto isso, a equipe técnica do a brigo se responsabiliza de procurar algum lar para as crianças. Podem tentar resolver os problemas das famílias biológicas, para a criança poder retornar a sua família se for possível, ou acontecer a adoção. As casas lares são indicadas para crianças que

tem irmãos, que não há chance de ser devolvidos para a família de origem, ou para crianças que estão prestes a serem adotadas.

No Brasil acontecem também muitos abandonos de recém-nascidos, mas estes possuem possibilidade maior de ser adotados rapidamente, por ser umas das grandes preferências dos casais. Enquanto isso, as crianças maiores ficam na espera de ter uma família. Essas crianças já apresentam uma história de vida difícil, de abandono e violência. Dessa forma as crianças acabam se desequilibrando, e deprimindo-se cada vez mais, pois elas necessitam de amor e carinho, mas muitas vezes acabam nem sabendo o que significa isso. Ao serem abrigadas, elas encontram atenção e amor, mas não o suficiente, como de pai e mãe, em razão de todas as crianças que vivem nos abrigos precisam de cuidado, mas não existe tantos profissionais para dar atenção exclusivamente para cada um.

Weber (2005) diz que dificilmente as crianças institucionalizadas conseguem criar vínculos de amor e confiança em adultos, pois não há profissionais suficientes para atendê-las, nos momentos que mais precisam. Elas aprendem que quando estão com medo, dor ou solidão, chorar não vai adiantar.

4.2 Adoção

O vocábulo “adoção” vem do latim, *ad-optare*, que significa aceitar, escolher. Quando se fala da adoção de um filho, esse termo ganha um significado ainda mais singular: o de acolher, mediante ação legal e por vontade própria, como filho legítimo, alguém que por algum motivo foi destituído do poder familiar (SOUZA, 2008).

A história da adoção surgiu a muitos anos atrás por egípcios, babilônios, assírios, caldeus e hebreus. Os historiadores declararam adoção como uma necessidade religiosa. Pois era feito uma cerimônia onde colocavam uma chama de fogo no altar onde era preciso ser renovado dia e noite. O pai tinha o dever de ensinar esta crença para o filho continuar seguindo, formando outras gerações. Se existisse algum estérreo, tanto mulher como homem, acontecia o divórcio, pois não teria seguimento a este ritual da família. Foi então que surgiu a ideia de adoção, para que não se desmanchassem as famílias, pois um divórcio nesta época era considerado como uma desgraça.

Quando esta oportunidade surgiu na Grécia, só tinham direito a adoção os casais que não podiam ter filhos. Já em Roma, qualquer casal poderia adotar, mesmo podendo ter filhos. E quando era realizada uma adoção, os romanos preparavam uma cerimônia, como se fosse um nascimento de um filho, para fazer um corte com a família biológica desta criança e ser inclusa na nova família. (JORGE, 1975)

Seguidamente surgiu a "adoção minus" e a "adoção plena". Na "adoção minus" a criança era adotada judicialmente obtendo todos os direitos da família adotiva, mas a autoridade permanecia com o pai biológico. E a "adoção plena" significa total poder da família adotiva, sobre a criança. O Adotado assumia o nome da família, a posição de adotante e herdava os bens.

No Brasil, a adoção surgiu há muitas décadas atrás, quando as famílias adotavam as crianças que os pais biológicos não tinham condições de cuidar ou quando eram abandonados. Esse processo acontecia ilegalmente, onde os pais adotivos nomeavam de "filhos de criação", davam moradia e criavam a criança até chegar a idade de poder seguir sua vida.

Em 1990 surgiu uma nova Lei no Brasil, chamada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que partiu através de um movimento social e que contou com a participação de diversos seguimentos da sociedade civil. Ao surgir esta lei, a criança e o adolescente foram mais valorizados na sociedade, permitindo total segurança para os mesmos. Além dos vários direitos fundamentais, está incluído a importância de um lar saudável para as crianças e também a proibição de negligência e maus-tratos.

O Brasil é considerado um país com grande percentual de pobreza, onde existe uma grande parte de desempregos ou mão de obra barata, e desta forma as famílias acabam gerando filhos sendo que não possuem condições de cuidá-los.

Metade das terras cultiváveis do país está nas mãos de menos 3% de latifundiários; 29% da população vive com menos de U\$ 1 por dia; o salário mínimo compra menos de 1% da cesta básica; as crianças e adolescentes são maioria entre os miseráveis brasileiros; 14 milhões de pessoas não sabem ler nem escrever; crianças de zero a três anos carecem de estímulo físico, social e emocional, mas somente 8% delas frequentam creches e apenas 36% das crianças de quatro anos e 67% das crianças de cinco e seis anos frequentam pré-escolas; ainda, há um milhão de crianças na faixa etária do ensino fundamental fora da escola e 2 milhões de jovens de 15 e 24 anos são analfabetos; há 3 milhões de crianças envolvidas em trabalho infantil (de 5 a 14 anos), proibido pela constituição. (WEBER, 2005, p.4)

A partir desta pesquisa podemos perceber os motivos pelos quais ocorrem abandono de crianças, bebês deixados no lixo ou até mesmo nos hospitais ao nascer. Com crianças mais velhas ocorrem negligências, onde os mesmos passam fome, sofrem maus-tratos e são expostos ao trabalho infantil para sustentar suas famílias.

4.3 Adoção tardia

Oriente e Souza (2005) consideram adoção tardia a adoção de crianças que tenham noção do outro, do mundo e de si próprio. Se considera adoção tardia a partir de 3 anos de idade.

Para alguns autores a adoção tardia pode ser a partir de 2 anos de idade:

“Tardia” é um termo utilizado para designar adoção de crianças que já conseguem se perceber diferenciada do outro e do mundo, a criança que não é mais um bebê, que tem uma certa independência do adulto para satisfação de suas necessidades básicas. Ou seja, anda, fala, não usa mais fraldas, se alimenta sozinha. (BARBOSA, 2006, p. 29)

A maioria dos casais que pretendem adotar preferem bebês e de preferência que não tenham irmãos. O desejo desses pais é de acolher a criança ideal e não a criança real. O medo que sentem de pegar os problemas dessa criança, de acabarem não se adaptando e precisando devolver. Existem vários pensamentos turbulentos, tanto para os adultos como para as crianças. Essas crianças institucionalizadas precisaram passar por alguma situação traumática para chegar até o abrigo, ou seja, chegaram com uma bagagem de sofrimento, pois além de ter sido separada de sua família biológica, já passou por grandes sofrimentos nelas. Elas acabam se tornando muito carentes conforme o tempo, desejando ser adotadas e quando recebem alguma visita de casais que querem adotar, ficam muito fascinadas, esperando que sejam elas. E quando ocorre a adoção existem muitos medos, tantos das crianças como dos pais, preocupações com o que vai ser depois da adoção. Antes da adoção existe o apadrinhamento, onde o casal se responsabiliza por algumas coisas sobre a criança, levando para passeios, passar finais de semanas em sua casa e assim conhecendo a criança e vendo como se vai se construindo este vínculo. Se os pais se sentirem preparados para adoção e desejarem levar a criança para sua casa, entram com uma ordem judicial para

receber a guarda provisória, assim esses pais passam a se responsabilizar por esta criança. Marлизete Maldonado (2014) trabalham em seu capítulo as fases da adoção tardia e os sentimentos das crianças para com os pais adotivos. São quatro fases que relatam o processo de adoção após a criança estar com a nova família, o processo vai se modalizando dependendo do comportamento de cada criança. Na primeira fase fala sobre a fantasia de ser gestado novamente, o desejo da criança de voltar a barriga da mãe e o desejo de renascer nessa nova família. Na segunda fase, fala sobre a criança ou adolescente querer seguir os traços dos pais adotivos, se identificando com os mesmos, com suas escolhas e comportamentos. Na terceira fase a criança demonstra agressividade com os pais, quando inconscientemente trás as lembranças de seus pais biológicos, e para os mesmos evitarem uma frustração, tentam se proteger. Então trazer as respectivas frases "você não são meus pais" "eu não nasci de você". Na quarta fase é quando surge o ideal do ego e a criança ou adolescente restauram o narcisismo infantil, e resgatam a ideia dos pais biológicos e o desejo de voltar a família ou o desejo que os pais adotivos sejam seus genitores. Para Maldonado (2014), a negação neurótica do abandono desta criança pode dificultar o processo de filiação afetiva.

A criança ao chegar nesta nova família vai precisar renascer e aprender o que é ter uma vida estruturada, vai precisar de muitos cuidados para estabelecer também um contato afetivo com os pais. Os cuidadores vão precisar de muita paciência com as frustrações que as crianças vão trazer sobre sua vida.

Para Maldonado (2014):

A história de abandono e institucionalização . que é peculiar e muitas vezes negada para evitar dor, não pode deixar de ser reconhecida, revivida, para dar lugar à nova história, ao novo *eu* que se tece, renasce a partir dos novos modelos parentais. (MALDONADO, 2014, p.507).

Os pais adotivos também precisam de alguma orientação profissional, tanto de assistentes sociais como de psicólogos, para conseguir lidar com as frustrações nesta etapa, que a princípio não é tão fácil. Mas com ajuda e persistência, tudo vai se encaixando nos devidos lugares e a família vai se reconstruindo conforme o tempo de cada um.

4.4 Aspectos emocionais da adoção tardia

Todos pensam que a adoção para uma criança institucionalizada é um sonho, que é simplesmente ser adotado que tudo esclarece na vida deles, mas na verdade não é exatamente assim. Claro, que a maioria das crianças que residem no abrigo, sonham em ser adotados e ter uma família, mas o processo de vinculação inicial acaba sendo uma questão complicada, tanto para os pais como para as crianças e adolescentes.

A criança que está abrigada, só de estar ali, já imagina-se que sofreu alguma rejeição, já passou por abandono ou perda dos familiares; Isso acaba não sendo uma situação fácil para lidar, principalmente para criança pequena. Essas crianças acabam se tornando mais sensíveis e apegadas à primeira figura de cuidador que surge, sendo colegas ou profissionais. Para Weber (2005), essas crianças acabam sempre procurando uma figura que substitua o laço parental, mesmo correndo risco de perdê-las, e, acabam se acostumando com este processo doloroso.

Existem muitos motivos pelos quais os casais chegam a conclusão da adoção, na maioria das vezes procuram esta solução, por serem incapazes de ter filhos, desta forma, acabam buscando a adoção, para assim constituir uma família. O ECA luta pela adoção ser o interesse da criança, tirando-a dos internatos e assim, fazendo-a feliz, possibilitando a essas crianças o direito de ter uma família com a mor e carinho.

Os pais adotivos tem a sensação de libertar essas crianças ao leva-las para sua família. Com o tempo vão surgindo as inseguranças e temores. Segundo Levinzon (2006), os pais inconscientemente sentem que roubaram a criança de sua família de origem, e apresentam medos de perder essa criança da mesma forma, como se fosse um castigo para os pais, isso surge da vivência edípica dos mesmos.

Os temores destes pais vão surgindo quando a criança trás a questão de falar sobre sua família biológica, querendo informações ou até necessitando falar sobre o que passaram, desta forma os pais possuem dificuldades para lidar com estas situações, precisando de orientações de profissionais que trabalham com famílias. Podem surgir questões que podem atrapalhar o desenvolvimento da criança, que apresentam problemas emocionais, e para os pais que não foram preparados para essas situações, causam angústias e decepções, talvez até sentimento de

arrependimento por ter adotado. Por isso existem grupos de apoio para famílias com questões de adoção para auxiliar os pais e crianças em suas dificuldades.

Weber (2005) trás em seu estudo que:

Nos últimos 10 anos, pais e filhos adotivos tem passado a organizar-se em Grupos de Apoio à adoção, associações geralmente formadas por voluntários que doam o seu tempo com o objetivo de fomentar uma consciência para o papel social para da adoção no país, ou seja, compreender a doção como a busca de uma família para uma crianças abandonada, visando primordialmente o interesse da criança e não somente para resolver o desejo dos adultos por um bebê. (WEBER, 2005, p.15).

Para a criança a adoção não é somente uma realização, elas acabam se tornando responsáveis para suprir o desejo destes pais. Para Schettini (2014), as crianças adotadas precisam tentar amenizar os sentimentos dos pais, ao perceber que eles sentem a possibilidade de não serem aceitos pelos filhos, e isso acaba muitas vezes deixando o filho em sofrimento também. As crianças sentem que tomar alguma atitude de mau comportamento, podem perder esta família e acabar voltando para o abrigo. Então, tanto para os pais como para as crianças, a adoção trás muitos sentimentos e temores, mesmo sendo uma alegria, precisa ser trabalhado para não desestruturar essa família.

5 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, que é entendida pelo ato de buscar e analisar um determinado assunto a fim de responder um problema de pesquisa. De acordo com Whitemore e Knafl, (2005, apud BOTELHO; CUNHA e MACEDO, 2011), uma boa revisão integrativa, apresenta o estado da arte sobre um tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental). A pesquisa desenvolveu-se através do método de revisão narrativa, podendo ser chamada também de análise integrativa. Este modelo de revisão bibliográfica apresenta uma forma de análise mais ampliada, permitindo discussões reflexivas acerca dos materiais encontrados, buscando uma atualização de conhecimento. O método escolhido mostra-se adequado devido ao objetivo

principal de produzir, a partir da literatura, uma reflexão acerca desta modalidade de comunicação, visando promover na ampliação de estratégias que possibilitem uma comunicação mais efetiva do ponto de vista psicológico. (ROTHER, 2007).

Foi realizada uma busca em bases indexadoras e selecionando-se materiais do Scielo, BVS/ Bireme, da Capes, além de ter sido complementada com uma busca no Google acadêmico e sites do Tribunal de Justiça, utilizando os seguintes descritores: Adoção; Adoção tardia; Institucionalização de crianças e adolescentes; Devolução de crianças em processo de adoção. Foram utilizados estudos nacionais, com data de publicação entre 2000 e 2017.

A amostra foi selecionada através de leitura dinâmica inicial a fim de classificar os materiais quanto aos critérios de inclusão e exclusão, sendo os primeiros: desenvolver-se em torno da temática de adoção tardia, ter sido publicado entre 2000 até o presente momento, em português (pt-br), inglês ou espanhol. Sendo assim a amostra é constituída por 24 textos, que foram aprofundados por meio da análise temática.

6 DISCUSSÃO

Por meio da análise dos resultados, chegou-se a categorias temáticas em torno das quais se dará esta discussão

6.1 O que leva uma família a ter o desejo de adotar uma criança?

Segundo Reppold e Hutz (2003), a adoção também pode ser descrita como a criação de um relacionamento pais e filhos que envolvem questões jurídicas, sociais e afetivos que desigualam a filiação biológica. Estes aspectos, podemos mencionar a estrutura e os caminhos até chegar à adoção, a não gestação e o desconhecimento da história desta criança/jovem e a excessiva valorização social dos laços consanguíneos. Para os autores a adoção é relacionada à vulnerabilidade psicológica do desejo de ser pai/mãe e à incapacidade de gerar um filho ou a caridade dos pais adotantes.

Weber (2003), em sua pesquisa encontrou uma amostra de 240 pais adotivos, dentre outros aspectos, que a principal motivação para adoção foi *não ter filhos próprios* (50%), sendo que os pais adotivos diziam que tinham desejo de seguir o

padrão biológico e passar pela experimentação de poder cuidar de um bebê com poucos dias de vida.

Segundo Costa e Campos (2003), em sua pesquisa, constata-se que a motivação principal para adoção observada foi o desejo dos casais de ter filhos. Outros motivos apresentados foram: necessidade de preencher a solidão; proporcionar companhia a um filho único; escolher o sexo do próximo filho; substituir um filho natural falecido, entre outras. "No que diz respeito à motivação e condições materiais, parece um tanto óbvio que qualquer processo de avaliação levantaria esses dados, mas a proposta de prioridade de adoção para um casal sem filhos revela que a criança pode ser vista como um "prêmio." (Costa e Campos 2003, p.229)

Para Barbosa (2006), os pais que desejam ter o filho adotivo, saberão bem como acolhe-los e ajudarem em suas angustias e necessidades. Já os pais que adotam por necessidade e desejo de ter um filho apenas, não pensando nas consequências a virem, poderá surgir problemas e danos no desenvolvimento e equilíbrio psíquico da criança, pois ela se torna o refúgio da angustia e necessidades dos pais.

A partir das necessidades satisfeitas, é possível desenvolver o mundo dos desejos. Já, se as necessidades forem longamente insatisfeitas, não terão forças para se tornarem desejos, serão sempre mais concretas, mais exigentes e mais cristalinas. (BARBOSA, 2006, p. 19)

É muito importante uma investigação com a família e entender os motivos pelos quais querem adotar uma criança, neste caso os profissionais Psicólogos e Assistentes Sociais precisam pesquisar e fazer um estudo sobre a família e seus desejos, para assim entender e ver a possibilidade de aprovação desta adoção.

6.2 As dificuldades da adoção tardia e as resistências dos casais adotivos

No Brasil existe um perfil de crianças "não adotáveis". São as crianças negras, maiores de dois anos de idade, que possuem alguma deficiência, ou portadoras de histórico de problemas médicos biológicos e que sofrem abandonos em série: o abandono por parte da família biológica, seja por problemas financeiros, ou falta de estrutura familiar condizente com um bom desenvolvimento da criança; o abandono do estado que tem leis que dificultam o acolhimento dessas crianças em

outros lares e o abandono da sociedade que ainda não compreendeu o conceito de inclusão (CAMARGO, 2005).

O levantamento mais recente realizado pelo CNJ em maio de 2012 e publicado por Souza (2012), mostra que existem 28.041 pretendentes à adoção em todo país. Segundo o levantamento, 5.240 crianças estão aptas para adoção no Brasil, sendo que 45,92 % são pardas, 33,8% brancas e 19,06% negras. Destas, 77,16% possuem irmãos, sendo que 35,99% deles também estão inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, mas apenas 18,08% dos pretendentes estão dispostos a adotar irmãos. Com relação à raça, 90,91% se interessa em adotar crianças brancas, 61,87% em adotar crianças pardas e 34,99% crianças negras. O levantamento ainda mostra que 33,04% dos pretendentes querem adotar meninas, sendo que 76,01% dos interessados esperam por crianças com até três anos.

A grande maioria dos pais que desejam adotar priorizam os bebês, por considerar que este bebê não virá com uma bagagem a qual a criança com idade mais avançada pode vir. Esses casais desejam ter o filho ideal e não aceitam a possibilidade da criança real, sonhando que esse bebê não irá lembrar de nada, de sua família biológica e de tudo o que poderia ter passado. Weber & Kossobudzky (1996), afirmam que somente as crianças de até três anos conseguem ser adotadas por famílias brasileiras. Grande parte das crianças, acima desta idade, tem mais dificuldades para serem adotadas, ou elas são adotadas por estrangeiros ou permanecem em instituições.

Para Camargo (2003), existem umas séries de preconceitos que os adotantes possuem sobre a adoção tardia, que são: - “o medo da família adotante que a criança maior dedois anos que já passou por instituições e / ou famílias não se

adapte a um lar definitivo;

- a dificuldade de criação de vínculos afetivos e confiança dado ao histórico da criança de abandono e rejeição;

- o mito que o desejo da criança de conhecer a família biológica seja intensificado a tal ponto que prejudique o relacionamento com a família adotiva;

- a longa fila de espera e a extensa burocracia que se apresenta para que possa se concretizar a adoção e,

- a legislação brasileira que não concede a adoção de imediato, concedendo somente a guarda provisória o que gera ansiedade por dois anos (prazo que dura a

guarda provisória), tendo ainda o risco de perder a guarda da criança e tê-la devolvida a sua família biológica que tem preferência de sua guarda”

Segundo Barbosa (2006), o medo de alguns pais de adotar crianças mais velhas é que seu filho desenvolva mal comportamento, tanto pela herança genética, como pelos hábitos e costumes adquiridos na educação, ou falta dela, por quem o cuidou até aquele momento. A autora afirma que comportamento não é herdado geneticamente, o que pode herdar são apenas características físicas e a possibilidade de desenvolver ou não alguma doença. Alega que o comportamento é aprendido, ou seja, a todo momento aprendemos algo novo e mesmo que a criança tenha comportamentos inadequados apresentados por seus pais biológicos, a tendência é buscar seguir o estímulo onde ela vai garantir um benefício, por exemplo: bons cuidados com a higiene, alimentação, atenção carinhosa. Desta forma, existe uma grande chance da criança de identificar com seus pais adotivos, por necessitarem de carinho e cuidados.

Claro que nem todos os casos serão assim, com facilidade para lidar com a criança, muitos casos precisarão de um acompanhamento para auxiliar nos cuidados com as crianças e adolescentes.

Souza (2008), diz que: “Educar uma criança recebida com mais idade é como arrumar pedras irregulares – quadradas e redondas, grandes e pequenas – em uma caixa: é preciso ter paciência, bom humor, bom senso, constância e acreditar que é possível.” E conclui dizendo que: “Todas as pessoas desejam pertencer a alguém, sejam elas crianças, adolescentes ou mesmo adultos. O ser humano não nasceu para viver só. Todos desejam ter um lar, uma família, amigos, atenção e carinho.”

6.3 Devolução de crianças às instituições

Só de ler este título, já podemos perceber um grande sofrimento envolvido, tanto para as crianças, quanto para os pais que "fracassaram". Mesmo com todo o processo de adoção feito, reuniões com os pais adotivos, avaliação da Assistência Social e Psicologia, pode ocorrer a devolução.

A maioria dos casos de devolução, são por motivos das idealizações dos pais adotivos, quando os mesmos ainda estão em sofrimento pelo luto do filho que perderam ou que nem sequer pôde ser gerado. Girardhi (2008), refere que é necessário que luto deste filho que se foi ou que nem mesmo chegou a ser gerado,

se concretize, para que uma nova história possa ser construída, ou seja, desta criança que está sendo adotada. Quando isso não ocorre, os pais permanecem idealizando o filho e não se colocando na realidade de que é uma criança que não foi gerada por eles e que não pode ser tudo aquilo que eles sonham e querem. A partir disso que surgem os conflitos e dificuldades de relacionamento na família, pois os adotantes acreditam que não são capazes de superar estes conflitos, considerando que o adotado traz uma experiência de vida anterior, onde viveram histórias não compartilhada com eles, que podem impedir a adaptação nesta nova fase.

É justamente quando a criança mostra sua individualidade que vem à tona a rejeição pelo “diferente”, pelo “outro”. O que no filho biológico é visto e aceite como afirmação de uma personalidade própria, no “filho emprestado” ou “de criação” passa a ser visto como mostra de más tendências ou traços psicológicos ruins oriundos da família biológica. (ROCHA, 2000, p. 86)

Portanto, é importante que ocorra a desvinculação da criança ideal com a criança real, caso não ocorra, os adotantes não conseguirão suportar os conflitos que surgirão, os quais seriam considerados normais caso emitido do filho biológico.

Quando acontece a devolução, devemos pensar nos sentimentos das crianças devolvidas, e como trabalhar com elas esse descaso. Segundo Silva (2008, p. 63), “A existência de danos psicológicos à criança/adolescente devolvido são pressupostos para o direito à reparação destes. O dano psicológico, moral, afetivo é difícil de reparar, alguns profissionais dizem ser impossíveis de reverter”.

NA VERDADE, A DEVOLUÇÃO PODE SER CONSIDERADA UM DANO IRREVERSÍVEL, HAJA VISTA QUE, MESMO QUE A CRIANÇA VENHA A SER ADOTADA, ESSE TRAUMA VAI FICAR REGISTRADO. ASSIM, A DEVOLUÇÃO REPRESENTA UM VERDADEIRO ANIQUILAMENTO NA AUTOESTIMA (REVESTIMENTO DO CARÁTER) E NA IDENTIDADE DA CRIANÇA, QUE NÃO MAIS SABE QUEM ELA É. ALIÁS, SERIA DE UMA ATROCIDADE IMENSURÁVEL OBRIGAR UMA CRIANÇA A AGUARDAR A DECISÃO DEFINITIVA DE UMA AÇÃO JUDICIAL PARA TER A POSSIBILIDADE DE VER DIMINUÍDOS OS TRAUMAS SOFRIDOS. NOUTRO PASSO, CONSIDERANDO O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A CONDIÇÃO PECULIAR DE PESSOA EM DESENVOLVIMENTO, QUE APRESENTA HIPOSSUFICIÊNCIA FRENTE À DEFESA DOS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, ALÉM DE APRESENTAR INTERESSES ESPECIAIS, 24

PODER-SE-IA ATÉ MESMO CONCLUIR QUE O PERICULUM IN MORA É PRESUMIDO POR LEI. POR ÚLTIMO, QUANTO AO PRESSUPOSTO NEGATIVO, ISTO É, REVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DO PROVIMENTO, DIANTE DO RISCO DE DANO IRREPARÁVEL AO DIREITO DA FAVORECIDA, DIANTE DA CONDIÇÃO PECULIAR DE

PESSOA EM DESENVOLVIMENTO, BEM COMO DIANTE DA NATUREZA ALIMENTAR DO PEDIDO, CREIO SER NECESSÁRIA A PRESENÇA DESSE PRESSUPOSTO. ACLARE-SE QUE, CONSIDERANDO QUE OS ALIMENTOS PLEITEADOS A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS CONCRETOS DA SENTENÇA VISAM A GARANTIR A PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA DA CRIANÇA, PODE-SE, COM TRANQUILIDADE, RECONHECER SEU CARÁTER DE IRREPETIBILIDADE, OU SEJA, AINDA QUE, A POSTERIORI, VENHA ESTA DECISÃO A SER MODIFICADA, ALTERADA, OU O PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE, NÃO ESTARIA A FAVORECIDA OBRIGADA A RESSARCIR AOS DEMANDADOS AQUILO QUE DELES RECEBEU [...]. (TJ/MG, Apelação Cível 0702095678497, Relatora Édila Moreira Manosso, Publicado em 01/06/2009).

Como percebemos, o dano causado na criança é muito significativo, onde ocorrem diversas consequências psíquicas, pois a criança está passando pelo segundo abandono, onde primeiro foi por sua família biológica. A criança pode sentir-se culpada e achar que o problema está nela, com isso vão se agravando muito mais consequências negativas para essa criança, podendo se tornar um transtorno grave ao longo deste tempo ou futuramente. Dependendo do caso, pode ser necessário que tal conduta seja reprimida pelo Poder Judiciário, mediante a condenação dos adotantes a título de danos morais e materiais.

7 Considerações Finais

Neste artigo, percebemos que a adoção não é algo considerado só positivo, ela tem seus lados negativos, que podem trazer sofrimentos e decepções para famílias e principalmente para as crianças.

O tema adoção obteve muitas mudanças desde os tempos primórdios até os atuais, principalmente quando foi criando o ECA, que colocou a criança como o motivo mais principal da adoção, impondo seus direitos na sociedade. Como percebemos, existem ainda, muitas leis que não são cumpridas de fato, porém, essas mudanças já fizeram grande diferença, ajudando a criança a encontrar um lar.

Não precisamos falar somente os lados negativos da adoção, quando a família consegue estabelecer um laço com a criança sem causar temores, conseguindo trabalhá-los junto com acompanhamento psicológico, podemos dizer que a família adotiva conseguiu se estabilizar adequadamente. Assim, podemos perceber, que a adoção tem suas grandezas e que pode salvar a vida de uma criança desamparada. Conheço casos de famílias adotivas que deram certo e hoje

são muito felizes, com muito amor dentro do lar que, porém, passaram por todas as fases difíceis do processo de adoção, mas que conseguiram suportar e alcançar a felicidade.

A sugestão que acho importante colocar, é a criação de mais eventos do governo sobre adoção de crianças maiores, mostrando seus lados positivos. Mostrar que quando a família entra com o processo de adoção, que ela possa ter um amparo, alguém que passe a informação do processo de adoção tardia, tirando este preconceito que os casais possuem e também o medo dos mesmos. Seria necessário um acompanhamento mais aprofundado junto à família podendo dar-se o auxílio, não deixando-as desamparadas, pois acredito que nestes casos é essencial um acompanhamento psicológico, apoiando nas dificuldades que aparecerão. Desta forma, ocorrerão menos devoluções e mais crianças felizes no mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA, N. A; ROSSET-FERREIRA, M.C. **Tornar-se pai e mãe em um processo de Adoção Tardia**. Ribeirão Preto: [s.n.], 2007.

CAMARGO, Mário Lázaro. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes.. In: simposio internacional do adolescente, 2., 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 02 June. 2017.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2005.

CAMARGO, Mário Lázaro. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes..** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo.

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 221-230, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722003000300004&lng=en&nrm=iso>. accesson 05 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722003000300004>.

COSTA, L.F. & CAMPOS, N.M.V. (2003). **A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 19 (3), 221-230.

GIRARDHI, Maria Luiza deAssis Moura. **A devolução de crianças adotadas: ruptura do laço familiar**. Disponível em: <http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=3988>. Acesso em 20 de Junho de 2017

JORGE, D.R. Histórico e aspectos legais da adoção no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-22, 1975.

LADVOCAT, C. DIUANA, S. (org). **Guia de adoção**: no jurídico, no social, no psicológico e na família. São Paulo: Roca, 2014.

LEVINZON, G.K. **A adoção na clínica psicanalítica**: o trabalho com os pais adotivos. São Paulo: [s.n.], 24-31, 2006.

ORIONTE, I; SOUZA, S. M. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 11, 2005.

REPPOLD, C.T. & Hutz, C.S. (2003). **Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas**. Estudos de Psicologia, 8 (1), 25-36.

ROCHA, Maria Isabel de Matos. **Crianças “devolvidas”: quais são seus direitos?** São Paulo: RT, 2000, n. 12, abr./jul.

ROTHER, Edina Terezinha. Revisão sistemática X Revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.**, v. 20, n. 2, 2007.

SOUZA, Hálida Pauliv de. **Adoção: Exercício de Fertilidade afetiva**. São Paulo. Paulinas, 2008.

SILVA, Monik Fontoura. **Devolvido ao remetente: uma reflexão sobre a devolução de crianças e adolescentes adotados em Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

TINOCO, Valéria. **O luto de crianças institucionalizadas em casas abrigo**. [s.l.]: [s.n.], 2001.

WEBER, L.N.D. Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. **O social em questão**, Curitiba, n.14, p. 53-70, 2005.

WEBER, L.N.D. Da institucionalização à adoção: um caminho possível?. Revista Igualdade, Curitiba, n. 9, p. 1-9, 1995.

WEBER, L.N.D. **Famílias adotivas e mitos sobre laços de sangue**. [s.l.]: [s.n.], 2007.

WEBER, L. N. D. & KOSSOBUDZKI, L. H. M. (1996). **Filhos da solidão: Institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.

Weber, L. N. D. & MAFESSONI, C. S. E. S. R. (1996). Um estudo com parativo das adoções nacionais e internacionais realizadas no Juizado da Infância e da Juventude de Curitiba. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Resumos de Comunicações Científicas, XXVI Reunião Anual de Psicologia (p. 119). São Paulo: SBP.

WEBER, L. (2003). **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá.

WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004a.

_____. O psicólogo e as práticas de adoção. In: BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H. S. Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2004b. p. 99140. _____.

Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Juruá, 2008a. _____.

Pais e filhos por adoção no Brasil. Curitiba: Juruá, 2008b.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação cível n.º 0702095678497. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal/jurisprudencia/consulta-de-jurisprudencia/sentencas/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.